



**GOVERNO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

**Ata da 21ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do  
Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios -  
CG-FNRB**

Brasília/DF, 20 de maio de 2026.

**Aos 20 dias do mês de maio do ano de 2026**, às 09:00 horas, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, realizou-se a 21ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (CG-FNRB), sob a presidência do Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e com o comparecimento dos seguintes **membros**: **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)** Henry Philippe Ibañez de Novion (1ª Suplente) e Ana Luiza Arraes de Alencar Assis (2º Suplente); **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)** – Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (1ª Suplente); **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)** - Tiago Vilas Boas Barros (Titular) e Mariana Rodrigues dos Santos (2ª Suplente); **Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI)** – Lucas Figueiredo Machado (2º Suplente); **Ministério da Fazenda (MF)** - Sérgio Rosa Ferrão; **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)** - Fabrício Santana Santos; **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** - Natália Guerra Brayner (Titular); **Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)** - Raimundo Nonato Pereira da Silva (Taata Konmannanjy) (Titular); **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)** – Lidenilson Sousa da Silva (Titular); **Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)** – Cristiane Gomes Julião (Julião Pankararu) (Titular); e **Secretaria Executiva (DPG/MMA)** – Fernando Araujo dos Santos (DPG/MMA), Gabriel de Paula Ribeiro (DPG/MMA), Flávio José Sardinha (DPG/MMA) e Jacobson Luiz Rodrigues Ribeiro (DPG/MMA); **Ouvintes**: Daniel Fidelis (Banco do Brasil), Pedro Tiego (Banco do Brasil); Rodrigo Cunha (Banco do Brasil); Victor Marinho (PATRI). **I - Abertura da 21ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – CG-FNRB.** A Presidência do Comitê, após verificação de quórum de instalação de reunião e constatando o seu atingimento, iniciou os trabalhos realizando a Abertura da 21ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (CG-FNRB) desejando boas-vindas aos presentes e procedendo com o tópico **1. Apresentação de Membros, titulares e suplentes, de acordo com o art. 97 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016**, do seguinte órgão: **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA**: titular: Tiago Vilas Boas Barros; primeiro suplente: Laura Diaz Ramirez Omotosho; e segundo suplente: Mariana Rodrigues dos Santos. **II - Instalação dos Trabalhos** na sequência passando o tópico **2. Leitura e Aprovação da Pauta da 21ª Reunião Ordinária.** Após leitura do documento, foi aberta a palavra para manifestações. Não havendo solicitações de alteração, a pauta foi colocada em votação. A pauta foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Votaram favoravelmente à aprovação da pauta: Henry Philippe Ibañez de Novion (MMA); Sérgio Rosa Ferrão (MF); Fabrício Santana Santos (MAPA); Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (MDS); Tiago Vilas Boas Barros (MDA); Natália Brayner (IPHAN); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa (CONDRAF); e Cristiane Julião Pankararu (CNPI). **3. Aprovação da Ata da 20ª Reunião Ordinária.** Após leitura do documento, foi aberta a palavra para manifestações. Não havendo manifestações, a ata foi colocada em votação. A Ata foi aprovada com 9 (nove) votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Votaram favoravelmente à aprovação da ata: Henry Philippe Ibañez de Novion (MMA); Sérgio Rosa Ferrão (MF); Fabrício Santana Santos (MAPA); Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (MDS); Tiago Vilas Boas Barros (MDA); Natália Brayner (IPHAN);

Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa (CONDRAF); e Cristiane Julião Pankararu (CNPI). **III - Ordem do Dia.** Passou-se então para o item **4. Análise e deliberação sobre o "Relatório Anual do FNRB - Exercício de 2025" do Banco do Brasil referente às atividades de execução financeira e de desempenho da instituição financeira em 2025. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** O Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion apresentou o Relatório Anual do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB) – Exercício de 2025, elaborado pelo Banco do Brasil, destacando que o documento sintetiza as atividades desenvolvidas desde a contratação da instituição financeira como agente financeiro do Fundo, incluindo o histórico da execução financeira no período, os primeiros desembolsos realizados e as ações desenvolvidas em apoio à Secretaria-Executiva do FNRB. Durante a discussão, o Sr. Sérgio Rosa Ferrão questionou a natureza das despesas registradas como diárias, sendo esclarecido que tais despesas correspondem ao custeio da participação dos representantes de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais nas reuniões do Comitê Gestor, conforme previsto na legislação aplicável. Também foi esclarecido que o exercício de 2025 conta com dois relatórios anuais distintos: um referente ao período em que o Fundo esteve sob gestão do BNDES e outro relativo ao período de gestão do Banco do Brasil, entendimento considerado adequado pelos membros. A Sra. Natália Guerra Brayner indagou sobre a publicidade dos relatórios, sendo informado que os documentos estão disponíveis no sítio eletrônico do Fundo. A representante sugeriu, ainda, que futuramente o portal passe a disponibilizar informações analíticas sobre a arrecadação do FNRB, de modo a ampliar a transparência e subsidiar estratégias de comunicação e de aperfeiçoamento da arrecadação. Em resposta, a Secretaria-Executiva informou que a estruturação do SisGen 3.0 contempla o desenvolvimento de painéis gerenciais (business intelligence), os quais poderão incorporar informações adicionais conforme sugestões do Comitê Gestor. Não havendo outras manifestações, o Relatório Anual do FNRB – Exercício de 2025 foi submetido à deliberação e aprovado por unanimidade, com nove votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. Votaram favoravelmente à aprovação do relatório: Henry Philippe Ibañez de Novion (MMA); Sérgio Rosa Ferrão (MF); Fabrício Santana Santos (MAPA); Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata (MDS); Tiago Vilas Boas Barros (MDA); Natália Brayner (IPHAN); Konmannanjy (CNPCT); Lidenilson Sousa (CONDRAF); e Cristiane Julião Pankararu (CNPI). Passou-se ao próximo item da pauta. **Item antecipado. 6. Análise e deliberação sobre proposta de Edital Semente e Saberes para apoio à conservação on farm. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** O Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion apresentou a proposta do Edital **Sementes e Saberes**, resgatando o histórico das discussões realizadas na reunião anterior do Comitê Gestor. Recordou que a proposta inicial previa um único edital contemplando ações de conservação *on farm* e *ex situ*, tendo o Comitê deliberado pela sua divisão em dois instrumentos distintos, com vistas a conferir maior clareza quanto aos públicos beneficiários e aos objetivos de cada iniciativa. Nesse contexto, o edital em análise passou a destinar-se exclusivamente à seleção e premiação de experiências voltadas à conservação *on farm*, por meio do fortalecimento de bancos comunitários de sementes e herbários populares mantidos por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. O Presidente destacou, ainda, que, em razão do calendário eleitoral, não havia perspectiva de lançamento imediato do edital, circunstância que permitiria ao Comitê Gestor aperfeiçoar sua redação antes de sua publicação, de forma a disponibilizar um instrumento finalizado para a próxima composição do Comitê. A Sra. Ana Luiza esclareceu que a Secretaria-Executiva promoveu ajustes na estrutura, na identidade

visual e na linguagem do documento, buscando torná-lo mais acessível, embora ainda permanecesse necessária uma revisão coletiva para simplificação e aperfeiçoamento do texto. O Sr. Lidenilson Sousa da Silva propôs avaliar a viabilidade jurídica de utilização de um procedimento semelhante a uma carta-convite, direcionado a organizações representativas dos diferentes segmentos, como forma de conferir maior objetividade ao processo seletivo e possibilitar a execução do edital antes do período eleitoral. A Sra. Ana Luiza Assis informou que a possibilidade poderia ser submetida à consulta jurídica, caso esse fosse o entendimento do Comitê. Em seguida, o Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion ponderou que eventual adoção desse modelo também dependeria de manifestação da consultoria jurídica e da capacidade operacional da Secretaria-Executiva. O Sr. Sérgio Rosa Ferrão observou que a modalidade carta-convite não seria juridicamente adequada à finalidade pretendida e que, além disso, deixou de existir no ordenamento jurídico com a nova legislação de licitações, sugerindo que os objetivos da proposta fossem contemplados mediante ajustes nos critérios do próprio edital. A Sra. Cristiane Julião Pankararu (CNPI) destacou a qualidade das propostas de bancos comunitários de sementes apresentadas no âmbito da 2ª edição do Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade e sugeriu que as iniciativas habilitadas e não contempladas pudessem receber algum tipo de reconhecimento. O Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion destacou a importância do Atlas de Oportunidades como instrumento para dar continuidade às propostas qualificadas que não viessem a ser contempladas pelo edital, evitando a perda do esforço de elaboração das iniciativas. Além disso, ressaltou a conveniência de que o Atlas funcione não apenas como repositório de propostas, mas como portfólio de iniciativas previamente avaliadas pelo Comitê de Seleção, agregando maior valor às experiências cadastradas. Durante os debates, os membros apresentaram sugestões para o aprimoramento da proposta, incluindo ajustes na redação do edital, revisão prévia pelos membros do Comitê, aperfeiçoamento dos critérios de distribuição das premiações entre os biomas e articulação com outras políticas públicas correlatas. Também foi destacada a importância do fortalecimento das iniciativas comunitárias de conservação *on farm*. Ao final, deliberou-se pelo prosseguimento da revisão da proposta, com consolidação das contribuições pela Secretaria-Executiva para posterior apreciação do Comitê Gestor.

**5. Análise e deliberação sobre proposta de Edital para apoio à conservação ex situ. Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.** No contexto da análise da proposta de Edital para apoio à conservação *ex situ*, a Secretaria-Executiva informou que a proposta resulta das discussões realizadas no âmbito da Câmara Setorial da Academia do CGen e de grupo de trabalho constituído para aperfeiçoar os critérios de seleção das coleções científicas. A Sra. Natália Guerra Brayner (IPHAN) manifestou preocupação quanto ao modelo proposto para operacionalização da premiação por meio de pessoa física, ponderando que esse arranjo poderia enfraquecer o caráter institucional do reconhecimento às coleções científicas. Defendeu, ainda, que os membros encaminhassem sugestões de aperfeiçoamento da minuta para subsidiar sua revisão. Em resposta, a Sra. Ana Luiza Assis (MMA) esclareceu que o prêmio permaneceria destinado às coleções, cabendo ao curador apenas a responsabilidade pela gestão dos recursos, em modelo semelhante ao adotado pelo CNPq e pela CAPES. O Sr. Fabrício Santana Santos (MAPA) sugeriu que o edital previsse expressamente os curadores das coleções como responsáveis pelo recebimento e gestão dos recursos, por serem os responsáveis diretos pela condução técnica das coleções. Na mesma linha, a Sra. Márcia Regina Muchagata (MDS) manifestou apoio ao modelo, destacando que o repasse diretamente ao responsável pela coleção tende a ser mais ágil e eficaz do que a transferência de recursos às instituições, evitando entraves burocráticos. Em

complemento, o Sr. Henry Philippe Ibañez de Novion (MMA) informou que a proposta seria revista para aperfeiçoar a redação do edital, inclusive quanto à adequação da figura do curador para outros tipos de instituições, como museus e jardins botânicos, bem como para incorporar critérios relacionados à equidade regional e à representatividade dos diferentes biomas. Ao final, deliberou-se pelo prosseguimento da revisão da proposta, cabendo à Secretaria-Executiva consolidar as contribuições apresentadas e submeter nova versão do edital à apreciação do Comitê Gestor. **IV. Assuntos de Ordem Geral. 7. Informe sobre a 2ª Edição do Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade.** A Secretaria-Executiva apresentou informe sobre a 2ª edição do Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade, destacando o recebimento de 323 inscrições, representando aumento de aproximadamente 87% em relação à edição anterior, das quais 204 foram consideradas aptas após a triagem documental. Foram apresentados dados sobre a distribuição das inscrições por categoria, o cronograma das etapas remanescentes do processo seletivo — incluindo avaliação das propostas, recursos, divulgação do resultado final, premiação e prestação de contas —, bem como informações sobre os preparativos para a cerimônia de premiação, incluindo a produção dos troféus. Durante os debates, os membros da Comissão de Seleção relataram experiências no processo de avaliação das propostas, registrando sugestões para o aperfeiçoamento do sistema eletrônico de inscrições e dos procedimentos de análise para as próximas edições. Foram destacados, ainda, o apoio prestado pela Secretaria-Executiva aos avaliadores e a importância do processo para dar visibilidade às iniciativas de conservação da sociobiodiversidade. **8. Informe sobre emissão das cobranças referentes ao ano fiscal de 2025 pelo Banco do Brasil.** A Secretaria-Executiva informou que foram emitidos, em maio de 2026, os boletos referentes à cobrança da repartição monetária de benefícios relativa ao exercício fiscal de 2025, encontrando-se em curso o prazo para recolhimento dos valores pelas empresas. Informou ainda que, após o encerramento desse período, será apresentado ao Comitê Gestor o balanço consolidado da arrecadação. Em seguida, representantes do Banco do Brasil apresentaram panorama financeiro do FNRB, contemplando os saldos das contas por origem dos recursos, a aplicação financeira dos recursos em CDB do Banco do Brasil, classificada como investimento de baixo risco, e a estimativa de arrecadação decorrente dos 66 boletos emitidos. Durante os debates, foram esclarecidos aspectos relacionados ao processo de arrecadação e fiscalização das obrigações de repartição de benefícios, bem como discutidas possibilidades de ampliação da atuação do Fundo por meio de instrumentos financeiros, como fundos garantidores e mecanismos de apoio ao acesso ao crédito por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais. **9. Apresentação sobre as ações desenvolvidas pela área Ambiental, Social e de Governança do Banco do Brasil (ASG/BB) e a integração com o FNRB.** O Sr. Daniel Fidelis, representante do Banco do Brasil, apresentou as ações desenvolvidas pela área Ambiental, Social e de Governança (ASG), destacando a estratégia institucional voltada à promoção da sociobioeconomia e propondo uma reflexão sobre possíveis formas de integração entre essas iniciativas e a atuação do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios. Ressaltou que, além das atividades de execução financeira do contrato, o Banco pretende contribuir para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas à sociobiodiversidade, mediante mecanismos que ampliem o acesso ao crédito, a estruturação de fundos garantidores, o fortalecimento de parceiros locais e o apoio à adoção de tecnologias sociais e produtivas. Na sequência, o Sr. Pedro Tiego apresentou a atuação da Unidade de Sustentabilidade (ASG), informando que o programa de sociobioeconomia do Banco do Brasil está estruturado a partir da escuta das demandas dos territórios e contempla áreas prioritárias como bioeconomia

florestal, pesca artesanal, restauração de florestas, sistemas agroflorestais, agricultura de baixo carbono, infraestrutura, conectividade e geração de energia. Destacou ainda experiências desenvolvidas pelo Banco em territórios, baseadas na oferta de crédito associada à assistência técnica continuada, educação financeira e fortalecimento das organizações locais, ressaltando que a atuação busca promover autonomia e desenvolvimento sustentável das comunidades. Ao final da apresentação, o Sr. Daniel Fidelis ressaltou que as experiências apresentadas evidenciam oportunidades de articulação entre o Banco do Brasil e o FNRB, sugerindo o aprofundamento das discussões sobre mecanismos de apoio financeiro, instrumentos garantidores, ações territoriais e estratégias voltadas ao fortalecimento da arrecadação e da efetividade do Fundo. Durante os debates, o Sr. Sérgio Rosa Ferrão (MF) sugeriu que a base de dados produzida no âmbito do Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade fosse utilizada para identificar organizações aptas a participar das iniciativas conduzidas pela área de Sustentabilidade do Banco do Brasil, ampliando o acesso dessas organizações à educação financeira, assistência técnica e linhas de crédito existentes. **10. Palavra Aberta aos Membros.** Inexistindo contribuições. Concluiu-se com o item **11. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrada a reunião.

Brasília, 19 de agosto de 2026.

**CARINA MENDONÇA PIMENTA**

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios